

Prezada,

Segue resposta à solicitação do Portal da Transparência:

Em Recife, a preservação de imóveis isolados ocorre por meio da classificação destes exemplares como Imóveis Especiais de Preservação - IEP. Estes são regulados pela lei nº 16.284-97, e sua classificação depende do atendimento dos seguintes requisitos previstos no artigo 55, §2º:

§ 2º A classificação do imóvel como IEP far-se-á através de Decreto e levará em consideração, entre outros, os seguintes aspectos:

- a) referência histórico-cultural;
- b) a época e estilo arquitetônico;
- c) a importância para preservação da memória urbana.

A classificação de IEP em Recife é um instrumento singular, próprio deste município, e se diferencia do tombamento, que possui como regra geral, o Decreto-lei nº 25/1937, recepcionado pela Constituição Federal de 1988. Desta forma, o IEP possui características próprias, por ser instrumento criado pelo município, em atendimento ao artigo 30, IX da Carta Magna:

Art. 30. Compete aos Municípios:

IX - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

Para quaisquer dúvidas, a Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural do Recife - DPPC pode atendê-lo(a) no Pátio de São Pedro, Casa nº 25, Bairro de Santo Antônio.

Atenciosamente,

Marília Dantas de França

Gerente de Análises Normativas do Patrimônio Cultural
Secretaria de Planejamento Urbano
Prefeitura da Cidade do Recife